



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Corregedoria
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , Sem Telefones cadastrados
www.ifrr.edu.br

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

PROCESSO: 23231.000365.2021-59 (23231.000427.2018-07)

ASSUNTO: Suposto assédio sexual praticado por docente contra aluna.

I - DOS FATOS

Trata-se de Sindicância Investigativa (SINVE) nº 23231.000365.2021-59 (23231.000427.2018-07), instaurada em 07/06/2019, para apurar notícia de suposto assédio sexual cometido por docente do Campus Novo Paraíso contra aluna menor de idade do mesmo campus, sendo o fato conhecido pela autoridade competente em 04/05/2018, quando a representação foi recebida no Gabinete da Reitoria (27417, p. 3).

Notificado a se manifestar, o servidor apresentou defesa (27417, p. 24-33) em 08/10/2018 , sendo esta recebida no Gabinete da Reitoria em 31/10/2018.

A Sindicância Investigativa foi instaurada por meio da Portaria nº 1011/2019- GAB/REITORIA/IFRR, de 07/06/2019; sendo a Comissão reinstaurada por meio da Portaria nº 1498/2019-GAB/REITORIA/IFRR, de 16/08/2019; realizando-se designação de nova comissão por meio da Portaria nº 154/2020 - GAB/REITORIA/IFRR, de 13/02/2020; sendo reinstalada a Comissão por meio da Portaria nº 947/2020 - GAB/IFRR, de 17/09/2020; e sendo, por fim, designado servidor para conduzir os trabalhos de apuração por meio da Portaria nº 740/2021 - GAB/IFRR, de 07/06/2021.

Em 02/08/2021, o servidor designado apresentou o Relatório nº 1/2021 - COMSIND/GAB/IFRR no qual, considerando a existência de indícios de autoria e materialidade de conduta enquadrada no art. 132, IV, da Lei nº 8.112/90, cc os artigos 4º e 11, caput, da Lei 8.429/92, recomendou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor.

Em 17/08/2021, os autos foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada junto ao IFRR para análise e emissão de parecer.

Por conseguinte, em 03/09/2021, a Procuradoria Federal emitiu o Parecer nº 00024/2021/GAB/PFIFRORAIMA/PGF/AGU no qual recomendou o encaminhamento dos autos à autoridade competente para determinar a continuação do processo apuratório, por meio da instauração de um processo disciplinar formal.

Por fim, em 22/07/2025, os autos foram encaminhados a esta Corregedoria para providências.

II - DO ENQUADRAMENTO DA CONDUTA

Conforme as conclusões do Relatório nº 1/2021 - COMSIND/GAB/IFRR, de 02/08/2021, as condutas do servidor foram enquadradas no art. 132, IV, da Lei nº 8.112/90 cc os artigos 4º e 11, caput, da Lei 8.429/92, *in verbis*:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IV - improbidade administrativa;

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita

observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

No entanto, ocorre que a Lei nº 14.230, de 26 de outubro de 2021, revogou o art. 4º e alterou a redação do caput do art. 11, ambos da Lei nº 8.429, de 02/06/1992, restando prejudicado o enquadramento realizado em sede de investigação.

Por outro lado, condutas de conotação sexual gravosas, como as denunciadas e apuradas na SINVE, conforme o Parecer Vinculante nº 0015/2023/CONSUNIAO/CGU/AGU e a Nota Técnica nº 3285/2023/CGUNE/DICOR/CRG, devem ser enquadradas no art. 117, IX, ou no art. 132, V, da Lei nº 8.112/90, ambas passíveis de demissão, *in verbis*:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

Assim, considerando os elementos de informação coletados na SINVE, listados e analisados no Relatório nº 1/2021 - COMSIND/GAB/IFRR, de 02/08/2021, conclui-se que as condutas atribuídas ao servidor teoricamente se enquadrariam no art. 117, IX, ou no 132, V, da Lei nº 8.112, 11/12/1990, sendo ambas passíveis de demissão.

III - DA PRESCRIÇÃO

Realizado o devido enquadramento das supostas condutas do investigado, considerando que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente em 04/05/2018, quando do recebimento da representação no Gabinete da Reitoria (27417, p. 3), as datas possíveis para a instauração de PAD são:

- Data de prescrição de advertência: 31/10/2018
- Data de prescrição de suspensão: 04/05/2020
- Data de prescrição de penalidades capitais: 04/05/2023

Portanto, considerando os prazos prescricionais dos incisos do art. 142 da Lei nº 8.112/90, todas as penalidades na esfera administrativa estariam prescritas.

No entanto, as supostas condutas do servidor também podem ser enquadradas como crime tipificado no art. 216-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, *in verbis*:

Assédio sexual

Art. 216-A . Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

Nesse sentido, o § 2º do art. 142 da Lei nº 8.112/90, estabelece que os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

Por conseguinte, no caso concreto, deve-se considerar o que dispões o art. 109 do Código Penal, *in verbis*:

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;

II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;

III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

VI - em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

Portanto, considerando que as supostas condutas do servidor podem ser tipificadas no art. 216-A do Código Penal, com pena máxima de dois anos, aumentada em até um terço, pois a suposta vítima era menor de idade à época dos fatos, totalizando-se uma pena máxima superior a dois anos e não excedendo a quatro, o prazo para prescrição será o definido no art. 109, IV, do Código Penal, isto é, de oito anos, fixando-se a **data de prescrição de penalidades capitais em 04/05/2026**.

Assim, não estando prescrita a penalidade de demissão e considerando que não foi possível na fase de investigação se concluir pelo arquivamento do processo, pois se verificou certa conexão das informações constantes nos depoimentos prestadas pela mãe e por alguns dos discentes, permanecendo assim os indícios de autoria e materialidade, merece o fato ser apurado à luz do contraditório e da ampla defesa, preservando a imagem da instituição, do investigado e da suposta vítima.

IV - DA DECISÃO

Posto isso, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo art. 7º, I e III, da Instrução Normativa GAB/IFRR nº 1/2025, de 25 de abril de 2025, e pelo art. 228, V e VI, da Resolução CONSUP/IFRR nº 806, de 17 de outubro de 2024; adoto, em parte como fundamento deste ato, o Relatório nº 1/2021 - COMSIND/GAB/IFRR, de 02/08/2021, para:

- a. **INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em desfavor do servidor para que este exerça seu direito ao contraditório e à ampla defesa;
- b. Encaminhar cópia integral dos autos à Polícia Civil do Estado de Roraima (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA), para apuração de possível responsabilidade criminal, nos termos do art. 154 da Lei nº 8.112/1990;
- c. Oficiar o Ministério Público do Estado de Roraima, noticiando os fatos e remetendo os elementos colhidos, para a adoção das providências cabíveis caso necessário; e
- d. Dar ciência ao Conselho Tutelar competente, conforme o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

À equipe da Corregedoria para providências, com atualização nos controles e sistemas correccionais.

Boa Vista, 14 de novembro de 2025.

RONALDO PARENTE CÂNDIDO
Corregedor

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Ronaldo Parente Candido, COORDENADOR(A) - FG0004 - CORREG**, em 14/11/2025 10:00:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 384873

Código de Autenticação: c38556d2aa

